

# Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 16

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

TSE: inicia o prazo para vaquinhas eleitorais aos pré-candidatos de 2024 ..... 3

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Envio da declaração pré-preenchida bate recorde ..... 4

FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto de Renda tem recorde de declarações pré-preenchidas ..... 5

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mais de 18 milhões ainda não se acertaram com o Leão ..... 6

FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo para entrega do IR está chegando ao final (Editorial) ..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Dúvidas sobre corte de gastos persistem, mas é positivo envolvimento da Fazenda no debate  
..... 9

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentado ganha processo de 5 mil reais contra o INSS ..... 11

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba como declarar atrasados do INSS no Imposto de Renda 2024 (Imposto de Renda)  
..... 13

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação do novo sistema de tributação do consumo ..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Carga tributária não pode subir com a regulamentação reforma, diz deputado ..... 16

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Atividade econômica tem alta de 1,08% no primeiro trimestre ..... 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
ECONOMIA

Vítimas receberão pix de R\$ 5,1 mil e sacarão FGTS ..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

"Meta de inflação não se discute, se persegue", afirma Galípolo ..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Galípolo mostra alinhamento com presidente do BC ..... 22

---

Quinta-Feira, 16 de Maio de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
ECONOMIA

Galípolo diz que cogitou um corte de 0,25 ponto..... 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Decisões nos EUA vão pesar no rumo dos juros no Brasil..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

Inflação dos EUA desacelera pela primeira vez em 2024.....26

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Debate no Copom seguiu "critérios técnicos", diz Campos.....27

# TSE: inicia o prazo para vaquinhas eleitorais aos pré-candidatos de 2024

O prazo para o financiamento coletivo de campanhas eleitorais, conhecido como "vaquinhas" iniciou nesta quarta-feira (15). A ferramenta, que é cada vez mais relevante no contexto das disputas políticas, permite que todos os candidatos possam buscar o método para arrecadar recursos para as campanhas.

A "vaquinha virtual" ou "crowdfunding", como define o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), democratiza o processo eleitoral e permite que a população contribua diretamente para as campanhas de seus candidatos preferidos.

O modelo de arrecadação coletiva foi liberado em 2017, sendo que nas Eleições Gerais de 2018, os candidatos somaram ao todo quase R\$ 20 milhões em doações. No ano de 2020, com as Eleições Municipais, foram quase R\$ 16 milhões, e na última edição, em 2022, o financiamento coletivo alcançou pouco mais de R\$ 14 milhões.

Para viabilizar a doação, empresas são credenciadas pelo TSE para realizar esse tipo de serviço. Segundo a advogada eleitoral, Fernanda Viotto, "essas plataformas são responsáveis por garantir a legalidade das transações e o cumprimento das normas eleitorais".

Existem regras que delineiam as doações, uma delas impõe que apenas pessoas físicas podem praticá-la, devem representar no máximo 10% do valor que declararam para a **Receita Federal** no IRRF do ano anterior.

**Site:** <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-05-15%2022:07:59.pdf>

# Envio da declaração pré-preenchida bate recorde

*(Fernando Narazaki e Cristiane Gercina/ Folhapress)*

O envio da declaração pré-preenchida do Imposto de Renda 2024 bateu recorde a poucos dias do fim do prazo para prestar contas ao Fisco. Neste ano, mais de 10 milhões de brasileiros utilizaram o modelo, superando os 9,9 milhões de todo o período de 2023. Segundo os dados da **Receita Federal**, 24,9 milhões de contribuintes entregaram a declaração até as 16h da última terça-feira (14), sendo que 40,4% recorreram à pré-preenchidas, o que corresponde a 10,05 milhões. A Receita espera receber, neste ano, 43 milhões de declarações do IR.

O uso da declaração pré- -preenchida vem aumentando desde 2021, quando ela foi testada pela primeira vez.

Na ocasião, 583,9 mil contribuintes usaram o recurso, representando 1,5% do total.

A marca subiu para 3 milhões em 2022, alcançando 7,6% das declarações.

A pré-preenchida já traz os dados que são remetidos à Receita por empresas, bancos, hospitais, médicos, dentistas, clínicas, cartórios de imóveis, financeiras, exchanges e órgãos do governo como o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), facilitando a prestação de contas pelo contribuinte.

Porém, o contribuinte precisa checar se todos os dados informados estão corretos. A própria Receita afirma que a responsabilidade cabe a quem declara, já que ela não verifica as informações quando recebe os dados e direciona para o programa da declaração.

"(A **Receita Federal**) pega as informações que soube daquele contribuinte e mostra para ele. Olha, contribuinte, aqui estão as informações que falaram de você. Se estão certas, se estão erradas, nós não estamos fazendo filtros, nós estamos repassando aquilo que nos passaram", afirma José Carlos Fonseca, superintendente nacional do IR.

"A responsabilidade pelas informações na entrega da declaração é do contribuinte", complementa.

Para ter acesso ao modelo, o contribuinte deve ter conta Gov.br ouro ou prata. Quem tiver o nível bronze

terá de aumentar a confiabilidade da conta. A mudança, de acordo com a **Receita Federal**, foi necessária para garantir a segurança das informações transmitidas durante o preenchimento.

Dentre as vantagens de escolher esse modelo está a possibilidade de entrar na fila de prioridade para receber a restituição, assim como ocorrerá com os contribuintes que utilizarem Pix para pagamento dos valores.

Usar a declaração pré- -preenchida não é garantia de que não irá cair na malha fina. A Receita alerta para a atenção do contribuinte às informações que estão no documento, principalmente para novos dados. A responsabilidade pelas informações na entrega da declaração é do contribuinte.

Erros - Contadores ouvidos pela reportagem apontaram que o recurso trouxe dados incorretos em saldos bancários, investimentos, reembolso de plano de saúde, valor do imóvel e negociações com criptomoedas, além de ausências de informações sobre aposentadorias, despesas médicas e doações.

Quem usa a pré-preenchida sem verificar os dados pode cair na malha fina e ter a declaração retida para análise e ser chamado a prestar esclarecimentos à Receita. A situação ocorre quando o Fisco faz o cruzamento de dados entre o que foi enviado pelo contribuinte e o outro envolvido, seja ele o banco, o médico, a empresa ou a escola.

"Se você notar uma divergência na pré-preenchida e você tiver um comprovante, declare o que você pode comprovar e procure a outra pessoa envolvida para resolver a situação. Se não, os dois podem parar na malha fina", diz Dilma Rodrigues, sócia da Attend Contabilidade.

O prazo de envio da declaração começou em 15 de março e vai até 31 de maio. Quem atrasar terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-16-05-2024/>

# Imposto de Renda tem recorde de declarações pré-preenchidas

**Fernando Narazaki e Cristiane Gercina Folhapress São Paulo -**

O envio da declaração pré-preenchida do Imposto de Renda 2024 bateu recorde a poucos dias do fim do prazo para prestar contas ao fisco.

Neste ano, mais de 10 milhões de brasileiros utilizaram o modelo, superando os 9,9 milhões de todo o período de 2023. Segundo os dados da Receita, 24,9 milhões de contribuintes entregaram a declaração até as 16h desta terça-feira (14), sendo que 40,4% recorreram à pré-preenchidas, o que corresponde a 10,05 milhões.

A Receita espera receber, neste ano, 43 milhões de declarações do IR.

O uso da declaração pré-preenchida vem aumentando desde 2021, quando ela foi testada pela primeira vez. Na ocasião, 583,9 mil contribuintes usaram o recurso, representando 1,5% do total. A marca subiu para 3 milhões em 2022, alcançando 7,6% das declarações. A pré-preenchida já traz os dados que são remetidos à Receita por empresas, bancos, hospitais, médicos, dentistas, clínicas, cartórios de imóveis, financeiras, exchanges e órgãos do governo como o **INSS** (Instituto Nacional de **Seguridade Social**), facilitando a prestação de contas pelo contribuinte.

Porém, o contribuinte precisa checar se todos os dados informados estão corretos. A própria Receita afirma que a responsabilidade cabe a quem declara, já que ela não verifica as informações quando recebe os dados e direciona para o programa da declaração.

"(A **Receita Federal**) pega as informações que soube daquele contribuinte e mostra para ele. Olha, contribuinte, aqui estão as informações que falaram de você. Se estão certas, se estão erradas, nós não estamos fazendo filtros, nós estamos repassando aquilo que nos passaram", afirma José Carlos Fonseca, superintendente nacional do IR.

"A responsabilidade pelas informações na entrega da declaração é do contribuinte", complementa.

Para ter acesso ao modelo, o contribuinte deve ter conta Gov.br ouro ou prata. Quem tiver o nível bronze terá de aumentar a confiabilidade da conta.

A mudança, de acordo com a **Receita Federal**, foi necessária para garantir a segurança das informações transmitidas durante o preenchimento.

Dentre as vantagens de escolher esse modelo está a possibilidade de entrar na fila de prioridade para receber a restituição, assim como ocorrerá com os contribuintes que utilizarem Pix para pagamento dos valores.

Usar a declaração pré-preenchida não é garantia de que não irá cair na malha fina. A Receita alerta para a atenção do contribuinte às informações que estão no documento, principalmente para novos dados.

A responsabilidade pelas informações na entrega da declaração é do contribuinte.

**Site:**

<https://folhadelondrinadigital.pressreader.com/folha-de-londrina>

# Mais de 18 milhões ainda não se acertaram com o Leão

A **Receita Federal** já recebeu cerca de 25 milhões de declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física 2024.

A meta prevista para este ano é de 43 milhões de prestações de contas até o fim do prazo, no dia 31 de maio. O Leão, portanto, ainda aguarda o envio de mais 18 milhões de formulários.

Segundo a Receita, uma dica para reduzir o risco de erros é utilizar a declaração pré-preenchida. Mas apesar de esse recurso facilitar a vida do contribuinte, é importante checar e validar todas as informações apresentadas antes envio da declaração à **Receita Federal**.

Quem não entregar a declaração no prazo vai pagar multa no valor mínimo de R\$ 165,74 ou o equivalente a 1% ao mês sobre o Imposto de Renda devido, limitado a 20% do valor.

Vale destacar que o prazo de entrega das declarações para os moradores dos municípios atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul foi prorrogado para 31 de agosto.

Ficam obrigados a declarar o Imposto de Renda aqueles que receberam mais de R\$ 30.639,90 em rendimentos tributáveis, mais de R\$ 200 mil em rendimentos isentos ou possuem bens e direitos que ultrapassem R\$ 800 mil.

Também precisam preencher o documento pessoas que passaram à condição de residentes no Brasil em qualquer mês de 2023 e continuavam nessa situação até o fim de dezembro.

## ATRASO

Quem não enviar no prazo terá que pagar uma multa de, no mínimo, R\$ 165,74

\*

## CONFIRA ALGUMAS DICAS NA HORA DE PREENCHER

### DEPENDENTES

A inclusão de dependentes pode ajudar a reduzir o

valor a pagar ou aumentar a restituição. Além da isenção relativa a cada pessoa adicionada, é possível deduzir seus gastos com saúde e educação.

Podem ser incluídos como dependentes filhos e enteados até 21 anos ou 24 anos se ainda estiver estudando, cursando uma faculdade por exemplo; irmãos, netos ou bisnetos até 21 anos, dos quais o contribuinte detenha a guarda judicial; e pessoa absolutamente incapaz, da qual o contribuinte seja tutor ou curador. É importante lembrar que apenas uma pessoa do casal pode declarar a criança.

Ainda é possível acrescentar pais, avós e bisavós que, em 2023, tenham recebido rendimentos, tributáveis ou não, de até R\$ 24.511,91.

É autorizado incluir a mulher ou o marido, colocando também os rendimentos que o cônjuge possui, o que nem sempre pode ser vantajoso.

No caso de casais sem registro civil, há possibilidade de indicar companheiro com o qual o contribuinte tenha filho ou com o qual viva junto há mais de cinco anos. Veja aqui a lista completa de quem pode ser dependente.

### SAÚDE

A dedução de gastos com saúde não tem um limite estabelecido e pode ajudar a aumentar a restituição. É importante guardar os recibos por até cinco anos, caso seja chamado pela **Receita Federal** para quaisquer esclarecimentos.

Além dos gastos com planos de saúde, é possível deduzir gastos com médicos particulares, fisioterapeutas, psicólogos, clínicas e consultórios.

As despesas com medicamentos, quando relativas a um atendimento em ambiente médico hospitalar, são dedutíveis, mas remédios comprados diretamente em farmácias, não. Procedimentos estéticos realizados em hospitais ou clínicas médicas também podem ser deduzidos.

### EDUCAÇÃO

Nem todos os gastos com educação são dedutíveis.

Incluir uma despesa que não é autorizada pela **Receita Federal** pode levar o contribuinte à malha fina.

Apenas valores gastos com pagamento de mensalidade e matrícula de escolas particulares, faculdades e cursos de pós-graduação são aceitos. Despesas com atividades extracurriculares, como um curso de idiomas ou uma atividade esportiva, não podem ser incluídas. E há limite para dedução de gastos com educação, que neste ano é de R\$ 3.561,50 por pessoa.

#### MEI

Os microempreendedores individuais (MEIs) também não escapam do Leão nesta época do ano. Quem teve renda tributável acima de R\$ 30.639,90 no ano passado precisa declarar. É necessário somar o faturamento obtido com o MEI a outras fontes de rendimentos, como um segundo emprego, aposentadoria ou renda de aluguéis para saber se você se enquadra no critério de obrigatoriedade. Quem é MEI naturalmente precisa preencher todo mês o Relatório Mensal de Receitas Brutas, disponibilizado no Portal do Empreendedor, além da Declaração Anual do Simples Nacional (DASN), mesmo que não tenha faturado nada em 2023.

Na DASN, o empreendedor deve informar a receita bruta do seu negócio e os **impostos** pagos ao longo do ano, para confirmar que seu faturamento não ultrapassou o limite de R\$ 81 mil, necessário para permanecer como MEI. Acima desse valor, o empreendedor passa a atuar como microempresa.

#### PROCESSO TRABALHISTA

Aqueles que ganharam processos trabalhistas na Justiça são obrigados a informar os rendimentos recebidos. Verbas como salários que não foram recebidos no prazo certo, férias não pagas, aposentadoria acumulada e outros pagamentos trabalhistas semelhantes devem ser informadas em uma parte específica da declaração chamada "Rendimentos Recebidos Acumuladamente". O trabalhador pode escolher entre a tributação na fonte ou o ajuste anual, de acordo com o que for conveniente.

Na mesma ficha, ainda deverá indicar o nome da empresa pagadora e o seu CNPJ, o valor dos rendimentos tributáveis, se há alguma parcela isenta no caso de pessoas com 65 anos ou mais, o valor da contribuição previdenciária oficial destacado, o Imposto de Renda retido na fonte, o mês de recebimento e o número de meses.

#### ALUGUEL

O inquilino não pode deduzir o gasto com aluguel do imposto de renda, mas é obrigado a informar quanto desembolsou ao longo do ano, sob pena de ter que pagar multa. O objetivo é poder cruzar os dados com o locador do imóvel, que deve recolher o imposto se estiver acima do limite de dedução. O valor deve ser informado na ficha "Pagamentos Efetuados".

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Prazo para entrega do IR está chegando ao final (Editorial)

O contribuinte londrinense está deixando para os últimos dias para entregar a declaração do IRPF 2024 (Imposto de Renda Pessoa Física). A FOLHA traz nesta quarta-feira (16) reportagem mostrando que a 15 dias do final do prazo dado pela **Receita Federal**, quase a metade das pessoas ainda não entregou seus formulários.

Dos quase 168 mil previstos, menos de 90 mil foram encaminhados. O prazo para entrega das declarações se encerra às 23h59 do próximo dia 31 de maio.

Em Londrina, a **Receita Federal** espera receber 167.998 declarações neste ano.

Até o final da manhã desta quarta-feira (15), 89.802 haviam sido entregues. Os dados divulgados pelo órgão fiscalizador apontam que a grande maioria dos contribuintes do município optou pelo PGD (Programa Gerador de Declaração), somando 82,8%. O volume de declarações on-line ainda é pequeno, totalizando 10,1%, e menor ainda por meio do aplicativo (7,2%).

Neste ano, o aumento no número de declarações feitas em Londrina é de 4,24% sobre 2023, quando 161.151 londrinenses declararam o Imposto de Renda no prazo.

No Paraná, o volume de pessoas que acertaram as contas com o "Leão" é um pouco maior. Até agora, foram enviadas 1.607.163 declarações, o que corresponde a 59,3% do total do ano anterior, quando 2.710.990 paranaenses encaminharam os formulários ao fisco.

Em todo o país, 25.238.628 contribuintes já cumpriram com sua obrigação. A meta nacional é receber 43 milhões de declarações até o dia 31.

São obrigados a declarar o IRPF 2024 todos os contribuintes que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90 no ano passado. Quem estiver dentro dessa faixa de renda e não entregar o formulário preenchido no prazo, deverá pagar multa. O valor é de 1% ao mês, calculado sobre o total do Imposto de Renda devido, limitado a 20%. O valor mínimo da multa é de R\$ 165,74.

Devido às enchentes no Rio Grande do Sul, o prazo para a entrega das declarações do IR foi prorrogado

para os moradores daquele Estado. Os gaúchos terão até 31 de agosto para enviar suas declarações.

E por falar em Rio Grande do Sul, o contribuinte de todo o país pode aproveitar o acerto anual de contas com o Fisco para ajudar as vítimas das enchentes. Durante a entrega da declaração do Imposto de Renda, pode-se destinar até 6% do imposto devido para fundos do governo gaúcho e de municípios do estado vinculados ao Estatuto da Criança e do Adolescente e fundos vinculados ao Estatuto do Idoso. Na reportagem desta quinta-feira (16), a FOLHA mostra como fazer a doação.

Voltando ao prazo final para a entrega da declaração, é muito importante não deixar para a última hora. Primeiramente, porque evita-se o estresse e possíveis problemas técnicos que podem ocorrer, como falta de energia elétrica.

Com tempo de sobra, o contribuinte pode revisar calmamente, buscar documentos adicionais e consultar profissionais qualificados em caso de dúvida. Além disso, quem entrega o formulário antes e corretamente também tem chance de receber a restituição nos lotes iniciais.

**Site:**

<https://folhadelondrinadigital.pressreader.com/folha-de-londrina>

# Dúvidas sobre corte de gastos persistem, mas é positivo envolvimento da Fazenda no debate

**Fernando Exman**

Quando o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, começou a circular em Nova York durante a "Semana do Brasil", era grande a expectativa de representantes do setor produtivo e agentes do mercado financeiro sobre o que ele diria a respeito das perspectivas da política fiscal.

Nos bastidores, comentava-se que o Tribunal de Contas da União (TCU) estaria em contato direto com ministros da área econômica, que, por sua vez, teriam sinalizado o compromisso de que nem mesmo a necessária e bilionária ajuda emergencial ao Rio Grande do Sul geraria depois um descontrole nas despesas orçamentárias.

Para integrantes do setor privado, uma importante informação de bastidor. Porém, insuficiente para aplacar todas as preocupações.

Algumas dúvidas se dissiparam nessa quarta-feira (15), durante o Summit Valor Econômico Brazil-USA. Outras permanecem sobre a mesa.

Durigan fez um retrospecto e lembrou que o governo optou por um decreto de calamidade pública, inclusive fiscal, o qual prontamente foi chancelado pelos presidentes da Câmara e do Senado e logo depois aprovado pelas duas Casas do Legislativo. Cada passo a ser dado para ajudar os gaúchos, acrescentou, também será feito em coordenação com o TCU e o Supremo Tribunal Federal (STF).

O Executivo quer respaldo jurídico e, dessa forma, evitar o risco de ser acusado de descumprir as regras fiscais. As medidas serão tomadas por etapas. Não haverá um grande pacote.

"E a gente teve um cuidado, em especial no Ministério da Fazenda: não estamos alterando nenhum arcabouço e nenhuma lei. A gente está usando um dispositivo da LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal], que a gente aprendeu durante a pandemia, para criar uma exceção muito restrita ao Rio Grande do Sul", destacou, ponderando que eventuais gastos serão abertos por medida provisória com crédito

extraordinário submetidos ao Congresso Nacional. "Especificamente para a resposta ao Rio Grande do Sul", delimitou o secretário-executivo da Fazenda.

Durigan também argumentou que o novo arcabouço fiscal já representa um primeiro passo "estrutural" em direção à contenção de despesas.

De fato, o teto de gastos foi sendo desmoralizado ao longo do tempo e ruiu de vez quando o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) fez de tudo para tentar se reeleger em 2022. O novo governo venceu o pleito antecipando que adotaria um arcabouço fiscal capaz de viabilizar a adoção de medidas anticíclicas, o que gerou alertas no mercado. Mas o regime que substituiu o teto de gastos acabou sendo concebido para manter as despesas abaixo das receitas a cada ano, ainda que elas cresçam: se houver sobras, estabelece a lei sancionada em agosto do ano passado, elas deverão ser usadas apenas em investimentos. A ideia foi tentar construir uma trajetória de sustentabilidade da dívida pública.

Nas contas do secretário, com a aprovação do arcabouço, em 2024 os gastos devem ficar abaixo de 19% do Produto Interno Bruto (**PIB**), depois de anos sem recuar. "Algo como 18,7%."

No entanto, ciente de que na ótica do mercado isso é insuficiente, na sequência ele avocou o debate sobre a eficiência do gasto fiscal. E reconheceu que é preciso fazer mais nesse lado.

"Dentro da equipe econômica, sou o primeiro a dizer. Buscar a eficiência do gasto é o mais importante que tem", assegurou. "Ainda temos um longo caminho pós-Rio Grande do Sul para tratar do tema do gasto e fazer que o déficit do país caia."

Durigan reiterou o compromisso de rever a base de dados de programas e gastos tributários - o governo já tem apresentado números do que teria economizado muito dinheiro revisando o cadastro do Bolsa Família e despesas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Por outro lado, tangenciou quando perguntado sobre a

proposta da ministra do Planejamento, Simone Tebet, de desvincular os benefícios da Previdência da política de valorização do salário mínimo.

Além disso, sinalizou que a intenção do governo é evitar que eventuais medidas de corte de despesas alimentem o acirramento político.

A platéia também era composta por influentes parlamentares e governadores, alguns da oposição.

Sem um maior detalhamento, a resposta acabou ficando aquém do que esperavam alguns dos presentes. Ainda assim, é positivo que a Fazenda se engaje de forma crescente no debate sobre o nível das despesas, não deixando a tarefa apenas para o Planejamento.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187875?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187875?page=1&section=1)**

# Aposentado ganha processo de 5 mil reais contra o INSS

**Eliane Proscholdt**

Imagine consultar o extrato bancário para checar se o benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) foi depositado mensalmente como de costume e perceber que o dinheiro não estava na conta, ou melhor, foi parar em outro banco.

Foi isso que aconteceu com um aposentado de 63 anos no ano passado, dando início a muita dor de cabeça. Sentindo-se lesado, ele recorreu à Justiça e o **INSS** foi condenado a pagar uma indenização de R\$ 5 mil a título de dano moral.

A descoberta foi feita após o aposentado, que pediu para o seu nome ser preservado, pegar um empréstimo consignado com desconto em folha em outra instituição financeira.

"A transferência do pagamento de benefício previdenciário para outro banco onde ele pegou o empréstimo consignado foi feita sem o seu conhecimento. Sabe-se que a transferência de uma instituição bancária para outra somente pode se dar mediante prévia anuência do beneficiário o que no caso do meu cliente não ocorreu", assegurou o seu advogado Sérgio Nielsen.

Segundo ele, a negligência em TRANSFERÊNCIA ATRANSFERÊNCIA do pagamento de benefício previdenciário de uma instituição bancária para outra somente pode se dar mediante prévia anuência do beneficiário.

SURPRESA NO CASO DO APOSENTADO, ele foi surpreendido ao olhar o seu extrato bancário e ver que o benefício do **INSS** não havia sido depositado na conta da sua agência e, sim em outra instituição financeira após ele pegar um empréstimo consignado, segundo o advogado Sérgio Araújo Nielsen.

analisar as documentações e os pedidos administrativos acarretou ao aposentado injusta privação de verba de natureza alimentar, essencial a sua subsistência, o que afronta a dignidade da pessoa humana e gera o dever de indenizar os danos causados.

Na sentença, o juiz federal Bruno Dutra cita que verificou-se que o **INSS** não logrou êxito em

comprovar nos autos que a solicitação de alteração da conta para recebimento do benefício previdenciário foi efetuado pelo aposentado, tampouco apresentou documentos relacionados a tal pedido.

Ainda no texto, consta que é inaceitável que o **INSS** realize alterações no cadastro de beneficiários sem, ao menos, conferir a veracidade da autorização e documentos utilizados. "Desta forma, não pode a parte autora (aposentado) ser penalizada pela falta de zelo e organização da parte ré".

Na sentença, consta também que uma vez reconhecida a fraude na alteração dos dados cadastrais, é devida a indenização pelos danos morais suportados, em decorrência da angústia pela qual passou, ao ser surpreendida com ausência de dinheiro em sua conta e pelo fato de ter que dispor de seu tempo para trâmites burocráticos (idas ao **INSS** e à agência bancária) a fim de resolver uma situação a qual não deu causa".

NIELSEN disse que aposentado pegou valor em empréstimo consignado com outro banco, e o **INSS** passou a depositar o pagamento em outra instituição

Outras ações semelhantes tramitam na Justiça

Esse não é único caso que chega à Justiça. Somente o advogado Sérgio Nielsen, que defende o aposentado de 63 anos, já ajuizou outras cinco ações no Estado. Todas estão em tramitação e trazem as mesmas queixas contra o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Ele diz que também há ações julgadas em outros estados, com pedidos de indenização a título de dano moral. "A indenização deve balizar-se dentro dos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, visando evitar o enriquecimento sem causa, entretanto, sem deixar de punir o causador do dano." Coordenador geral do Sindicato Nacional dos Aposentados no Espírito Santo, Janio Araújo, contou que nesta semana foi procurado por três aposentados relatando o mesmo problema.

Ele orientou que o segurador fique atento para quem ele dá acesso a sua senha do portal do Meu **INSS**.

"Qualquer pessoa má intencionada de posse do seu

CPF e senha do portal do Meu **INSS**, pode solicitar a mudança de banco, pois essa opção existe no portal. O que pode estar acontecendo é que essa pessoa má intencionada solicite a transferência da sua conta bancária via Meu **INSS** e, assim, o pagamento vai para outra conta".

Laudo com "bla, bla, bla" é falso, aponta a Previdência

Um suposto laudo que circulou nas redes sociais ontem, em que um perito do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) teria escrito repetidamente a expressão 'bla, bla, bla' ao negar auxílio-doença a um serralheiro, em Goiânia, é falso.

Afirmando que documento não existe na base de dados do **INSS**, o Ministério da Previdência disse que vai tomar as devidas providências para identificar e responsabilizar os envolvidos na falsificação do documento público oficial.

O serralheiro que pediu o auxílio-doença contou que faz uso de bebida alcoólica desde os 12 anos e relatou o agravamento dessa dependência química, com surgimento de ansiedade e insônia. Por isso, ele pediu o benefício, que teria sido negado devido à inexistência de "incapacidade laborativa".

OUTRO LADO

"O **INSS** foi vítima de fraude"

A Advocacia-Geral da União informou que apresentou recurso sustentando não haver motivo para o pagamento de indenização, uma vez que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), neste caso, foi vítima de fraude.

"Por esse motivo, a defesa da autarquia previdenciária requer que a decisão seja revertida", disse, por nota.

Já o **INSS** disse que não comenta decisões judiciais, mas também acrescentou que houve o devido recurso inominado em relação à condenação citada.

Ainda de acordo com o órgão, caso o beneficiário entenda que houve fraude relacionado ao seu benefício, ele pode fazer reclamação à Ouvidoria do **INSS** (pelo Meu **INSS** ou telefone 135) e registrar boletim de ocorrência.

A Federação Brasileira de Bancos (Fcbaban) disse que as instituições financeiras não compactuam com fraudes e ilícitos e eventuais falsificações são reportadas às autoridades.

A Febraban disse ainda que desde janeiro de 2020 está em vigor a Autorregulação do Consignado,

iniciativa criada em parceria com a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), que visa eliminar do sistema as más práticas relacionadas à oferta e contratação dessa modalidade de crédito.

SAIBA MAIS

Transferência só com anuência

TRANSFERÊNCIA ATRANSFERÊNCIA do pagamento de benefício previdenciário de uma instituição bancária para outra somente pode se dar mediante prévia anuência do beneficiário.

SURPRESA NO CASO DO APOSENTADO, ele foi surpreendido ao olhar o seu extrato bancário e ver que o benefício do **INSS** não havia sido depositado na conta da sua agência e, sim em outra instituição financeira após ele pegar um empréstimo consignado, segundo o advogado Sérgio Araújo Nielsen.

analisar as documentações e os pedidos administrativos acarretou ao aposentado injusta privação de verba de natureza alimentar, essencial a sua subsistência, o que INDENIZAÇÃO PARA O ADVOGADO, a condenação em danos morais visa compensar os transtornos sofridos, considerando que o seu cliente se viu obrigado a pagar por serviços que nunca contratou. além das "idas" ao **INSS** e agência bancária na tentativa de resolver o problema antes de ingressar com uma ação na Justiça.

A JUSTIÇA condenou o **INSS** a pagar R\$ 5 mil de indenização, além de restabelecer o estado anterior do pagamento do benefício, ou seja. voltando a realizá-lo na conta bancária do aposentado.

# Saiba como declarar atrasados do INSS no Imposto de Renda 2024 (Imposto de Renda)

Os aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que receberam valores retroativos da **Previdência Social** ou de regimes próprios no ano passado precisam informar o montante à **Receita Federal**, caso sejam obrigados a declarar o Imposto de Renda 2024 .

O envio dos dados deve ser feito até 31 de maio, exceto para os moradores das 336 cidades que estão em estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul . Esses contribuintes tiveram o prazo de entrega estendido para 31 de agosto. Quem atrasar terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

O pagamento retroativo ocorre quando o beneficiário ganha uma ação de revisão ou concessão de aposentadoria seja na Justiça ou no **INSS**, ou quando a concessão do benefício demora a sair.

Os chamados atrasados são pagos na Justiça por meio de RPV (Requisição de Pequeno Valor), para quantias até 60 salários mínimos, ou precatórios , quando supera 60 salários mínimos. No posto, os valores podem ser quitados por meio do PAB (Pagamento Alternativo de Benefício).

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Para declarar, o contribuinte deve ter o informe de rendimentos do **INSS** ou da Justiça e preencher corretamente os dados na declaração. No caso do **INSS**, o documento está disponível no aplicativo Meu **INSS** e também pode ser obtido na agência bancária, onde é recebido o pagamento, ou em uma agência da **Previdência Social** , após agendar a visita presencial.

No caso de ações judiciais, é preciso solicitar o informe ao advogado da causa.

"Se não conseguir desta forma, o contribuinte pode acessar esses dados no processo judicial ou na emissão do pagamento, seja RPV ou precatório. O dono da ação ou o seu advogado têm acesso ao processo", afirma Emerson Lemes, diretor do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário).

O aposentado ou pensionista também precisa estar atentos à data de pagamento do montante. A quantia recebida de forma acumulada referente ao próprio ano-calendário de 2023 deve ser declarada na ficha "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ" ou "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis", dependendo do tipo de rendimento.

Já o que se refere a anos anteriores vai em "Rendimentos Recebidos Acumuladamente". Na ficha, o contribuinte deve colocar o montante recebido e o número de meses a que se refere o dinheiro. A melhor opção, nestes casos, é escolher a tributação "Exclusiva na fonte".

Dependendo do valor, o contribuinte não precisará pagar Imposto de Renda sobre a renda que recebeu.

Abra a declaração e vá na ficha Rendimentos Recebidos Acumuladamente. Clique em Novo

Informe se o ganho foi do titular ou do dependente

Escolha entre "Exclusiva na Fonte" e "Ajuste Anual". A primeira costuma ser mais vantajosa, pois o Ajuste Anual soma os valores pagos a outras rendas que constam no IR, o que pode aumentar o imposto devido. O contribuinte pode testar as duas opções na declaração e ver qual é a mais vantajosa

Em seguida, informe os dados da fonte pagadora

Preencha os valores de rendimentos tributáveis, parcela isenta para quem tem a partir de 65 anos, valor recebido referente a juros, contribuição previdenciária oficial, pensão alimentícia (se houver), imposto retido na fonte, indique o mês em que foi pago o valor, o número de meses que foram pagos nos atrasados e o imposto devido. Clique em Ok

Todas as informações constam no informe do **INSS** ou no processo judicial

Os valores correspondentes ao ano passado, que é o ano-base do IR 2024, que tenham sido pagos no mesmo ano podem ser informados em dois locais, dependendo do tipo de rendimento.

Caso o beneficiário tenha recebido o dinheiro por doença grave ou se ele tem acima de 65 anos, há o

direito à isenção de parte da renda ou de toda ela. Portanto, o montante vai em Rendimentos Isentos e Não Tributáveis.

Abra a declaração e vá na ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis. Clique em Novo

Se tiver acima de 65 anos, selecione o código 10 (Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarante com 65 anos ou mais)

Se tiver uma doença grave, escolha o código 11 (Pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço)

Informe se o beneficiário é o titular ou dependente

Em seguida, informe os dados da fonte pagadora. O nome é Fundo do Regime Geral de **Previdência Social** (FRGPS) e o CNPJ é 16.727.230/0001-97 no caso de valores da **Previdência Social**

Preencha os valores do rendimento, do IRRF, do 13º salário, do IRRF sobre o 13º salário e a contribuição previdenciária oficial. Clique em Ok

Caso o beneficiário não se enquadre nas duas situações acima, o valor pago pelo **INSS** deve ser informado em Rendimentos Recebidos de Pessoa Jurídica.

Defina se o beneficiário é o titular ou dependente. Clique em Novo

Informe os dados da fonte pagadora. O nome é Fundo do Regime Geral de **Previdência Social** (FRGPS) e o CNPJ é 16.727.230/0001-97

Preencha os valores dos rendimentos recebidos de pessoa jurídica, da contribuição previdenciária oficial, do imposto retido na fonte, do 13º salário e do IRRF sobre o 13º salário. Clique em Ok

A **Receita Federal** recolhe 3% do valor pago ao contribuinte e ele fica retido na fonte. Essa quantia deve ser reportada na declaração. Ao final do preenchimento dos dados, se o aposentado ou pensionista tiver recolhido mais imposto do que era devido, ele receberá uma restituição.

Outro campo importante que deve ser preenchido é o de número de meses que foram pagos nos atrasados, pois são eles que vão determinar se o contribuinte terá direito até a uma isenção de IR, caso a soma dele com outros rendimentos tributáveis tenha sido inferior a R\$ 1.903,98 entre janeiro e abril de 2023, ou abaixo de R\$

2.112 a partir de maio do ano passado.

"Se o pagamento do atrasado foi feito em 2024, ele não deve ser informado. A declaração dele será apenas no ano que vem, mesmo que tenha uma parte de anos anteriores", esclarece lemes.

O aposentado ou pensionista também pode deduzir do Imposto de Renda o que foi gasto com o pagamento de advogado no processo judicial.

Abra a declaração e acesse a ficha Pagamentos Efetuados. Clique em Novo

Escolha o código 60, 61 ou 62, dependendo do tipo do processo

Informe o nome e o CPF ou o CNPJ do advogado ou escritório de advocacia

Em Descrição, informe o número do processo, o local e a data que foi julgada, o motivo e os dados judiciais que constam na ação

Preencha o valor pago ao advogado

O abatimento do valor pago ao advogado será deduzido apenas na declaração feita por meio do modelo de dedução legal. A opção pelo desconto simplificado já traz um desconto padrão de R\$ 16.754,34, e não inclui as deduções legais.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/saiba-como-declarar-atrasados-do-inss-no-imposto-de-renda-2024.shtml>

# Regulamentação do novo sistema de tributação do consumo

**Bruno Feldman e Cláudio Sá Leitão** *Sócios da Sá Leitão Auditores e Consultores*

O Governo Federal (GF) encaminhou ao Congresso Nacional (CN) o 1º Projeto de Lei Complementar (PLC) da **reforma tributária** do consumo, de um total de 3(três) textos, que regulamenta o disposto na Emenda Constitucional (EC) No 132, promulgada em 20.12.2023, quando foi criado o novo sistema de tributação do consumo no País. Os outros 2(dois) Projetos que, ainda, serão apresentados, tratam das regras de transição para a distribuição dos recursos arrecadados e da compensação da perda de arrecadação dos estados, por meio da constituição dos fundos de desenvolvimento regional. Esse 1º PLC regulamenta a **reforma tributária** do consumo, relacionada com os novos **tributos** criados pelo GF que foram a CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços, o IBS - Imposto sobre Bens e Serviços e o IS - Imposto Seletivo.

Já apelidado, pelo CN, como a Lei Geral da CBS, do IBS e do IS, o referido PLC contém a maior parte das regras que regulamentam a EC 132/2023. Só para lembrar; (I) a CBS e o IBS compõem o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) Dual, base da **reforma tributária** do consumo, e que são geridos, respectivamente, pela União, pelos Estados e pelos Municípios; (II) o IS, tributo extrafiscal, visa desestimular o consumo de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente; (III) todos esses **tributos** foram criados em substituição ao PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI.

O texto do PLC, composto 499 artigos, 24 anexos, e 360 páginas, detalham as regras de funcionamento dos novos **tributos** (CBS, IBS e IS), criados pela EC 132/2023, incluindo a transição do regime atual para o futuro. A previsão de tramitação e de aprovação pela Câmara e o Senado é de até o fim do ano de 2024, com vigência a partir de 01.01.2026. Há uma preocupação de que o referido texto tenha entrado em pauta no CN tardiamente e ano de calendário eleitoral. A alíquota estimada pelo GF é de 26,5%, sendo 17,7% do IBS e 8,8% do CBS, mas o percentual será fixado pelo Senado Federal e homologado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A expectativa é quanto; (1) a votação do PLC não ocorra de forma fragmentada/partilhada; (2) a

preservação de 2(dois) princípios básicos que são o da não cumulatividade e o da não elevação da carga tributária, isto é, o efeito da carga de tributária se mantenha neutra; (3) as regras de funcionamento sejam mais objetivas, simples, justas e eficientes para o contribuinte pagar e emitir o documento fiscal eletrônico, de forma a evitar a litigiosidade; (4) a flexibilização para os contribuintes que errarem no pagamento dos novos **tributos**, durante o período de transição; (5) a política de **cashback** (devolução de **tributos** para os contribuintes/famílias de baixa renda) e os itens da cesta básica; (6) as regras reflitam os princípios constitucionais e tributários.

A pressão é grande do GF para aprovação do PLC, a fim de aumentar a arrecadação, mas por outro lado, o GF não apresenta um plano de redução de despesas. Por fim, se espera que o CN aprove uma estrutura tributária que seja benéfica ao País, que torne o ambiente mais propício para investimento, permita melhorar a competitividade e o espaço/local de negócios, aumentando a geração de empregos e as receitas da União, Estados e Municípios.

A previsão de aprovação pela Câmara e o Senado é de até o fim de 2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

\* Sócios da Sá Leitão Auditores e Consultores

**Site:**

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/opiniao/2024/05/regulamentacao-do-novo-sistema-de-tributacao-do-consumo.html>

# Carga tributária não pode subir com a regulamentação reforma, diz deputado

Denise Rothenburg

+

Nova York - A **reforma tributária** que não eleve a carga de **impostos** e políticas sociais sustentáveis, que caibam dentro do orçamento, foram duas reivindicações feitas por autoridades e empresários no Lide Brazil Investment Forum, em Nova York. Com a experiência de quem relatou a emenda constitucional da **reforma tributária** na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro foi incisivo: "Há um ano, estive aqui e falamos da **reforma tributária**, àquela altura tratada com desconfiança e descrença. No fim do ano, estava aprovada. Foi um marco histórico e não podemos perder o objetivo maior de justiça social. Não podemos permitir que numa regulamentação haja aumento de **impostos**".

A fala de Aguinaldo foi seguida, no último painel, pelo presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, que foi direto ao cobrar do governo parcimônia em relação aos gastos. "É preciso que as políticas públicas caibam no orçamento e que avancemos em uma maior progressividade de **tributos** em relação à renda", disse Sidney.

Os empresários elogiaram o atual cenário econômico e defenderam o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Luz Carlos Trabucco Cappi, do Bradesco, considera que o país tem bônus suficientes para se tonar o país do futuro: "É preciso pragmatismo para fazer um Brasil mais respeitado na cena internacional", comentou.

Nova York - A **reforma tributária** que não eleve a carga de **impostos** e políticas sociais sustentáveis, que caibam dentro do orçamento, foram duas reivindicações feitas por autoridades e empresários no Lide Brazil Investment Forum, em Nova York. Com a experiência de quem relatou a emenda constitucional da **reforma tributária** na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro foi incisivo: "Há um ano, estive aqui e falamos da **reforma tributária**, àquela altura tratada com desconfiança e descrença. No fim do ano, estava aprovada. Foi um marco histórico e não podemos perder o objetivo maior de justiça social. Não podemos permitir que numa regulamentação haja aumento de **impostos**".

A fala de Aguinaldo foi seguida, no último painel, pelo presidente da Federação Brasileira de Bancos

(Febraban), Isaac Sidney, que foi direto ao cobrar do governo parcimônia em relação aos gastos. "É preciso que as políticas públicas caibam no orçamento e que avancemos em uma maior progressividade de **tributos** em relação à renda", disse Sidney.

Os empresários elogiaram o atual cenário econômico e defenderam o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Luz Carlos Trabucco Cappi, do Bradesco, considera que o país tem bônus suficientes para se tonar o país do futuro: "É preciso pragmatismo para fazer um Brasil mais respeitado na cena internacional", comentou.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/05/6857507-carga-tributaria-nao-pode-subir-com-a-regulamentacao-reforma-diz-deputado.html>

# Atividade econômica tem alta de 1,08% no primeiro trimestre

A atividade econômica brasileira registrou alta no primeiro trimestre deste ano, de acordo com informações divulgadas, ontem, pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) teve aumento de 1,08% de janeiro a março em relação ao trimestre anterior (outubro a dezembro de 2023), de acordo com dados dessazonalizados (ajustados para o período).

Em comparação ao primeiro trimestre de 2023, a alta foi de 1,04% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais). Considerando apenas o mês de março de 2024, o IBC-Br teve retração de 0,34%, atingindo 147,96 pontos, dados dessazonalizados. Na comparação com o mesmo mês de 2023, houve queda de 2,18% (sem ajuste). No acumulado em 12 meses, o indicador ficou positivo em 1,68%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 10,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia - indústria, comércio e serviços e agropecuária -, além do volume de **impostos**.

A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de **inflação**. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da **inflação**, mas também podem dificultar a expansão da economia.

O comportamento dos preços já fez o BC cortar os juros pela sétima vez. Entretanto, a alta recente do dólar e o aumento das incertezas levaram o Copom a diminuir o ritmo do corte, que vinha sendo de 0,5 ponto percentual, para 0,25 ponto percentual.

Em ata da última reunião, o Copom mostrou preocupação com as expectativas de **inflação** acima da meta e, em meio a um cenário macroeconômico mais desafiador do que o previsto anteriormente, não prevê novos cortes na taxa Selic, os juros básicos da economia. Para os membros do colegiado, a extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa "serão

ditadas pelo firme compromisso de convergência da **inflação** à meta".

Apesar dos desafios, o Copom reconhece que o cenário do mercado de trabalho e a atividade econômica brasileira apresentaram um desempenho mais dinâmico do que o esperado no primeiro trimestre de 2024. Esse crescimento, impulsionado principalmente pelo setor de serviços, contribuiu para a decisão de reduzir a taxa Selic, ainda que em um ritmo mais lento.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

**Site:**

<https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?numero=866&edicao=21892>

# Vítimas receberão pix de R\$ 5,1 mil e sacarão FGTS

Porto Alegre - O presidente Luiz Inácio da Silva retornou ao Rio Grande do Sul ontem para anunciar novas ações federais para ajudar a população afetada pelo desastre climático e instalar uma secretaria extraordinária no estado para acompanhar ações federais. As famílias que perderam móveis, eletrodomésticos e outros objetos com as enchentes nas últimas semanas receberão benefício de R\$ 5.100 via Pix concedido pelo governo federal. Outras medidas anunciadas são adesão ao programa Minha casa, minha vida de famílias que perderam moradia, autorização para saque do FGTS até o limite de R\$ 6.220, retirada de leilão de imóveis de pessoas inadimplentes em financiamentos por meio dos bancos públicos federais e duas parcelas adicionais para beneficiários do se-guro-desemprego no estado.

"A ajuda que hoje a gente verbaliza é para pessoas que perderam sua geladeira, seu fogão, sua televisão, seus móveis, seu colchão. Será atestado pela Defesa Civil de cada município, aquela poligonal, aquelas ruas onde as pessoas perderam seus objetos. Essas pessoas terão, de forma rápida, facilitada, via Caixa Econômica Federal, a transferência, nas suas contas, via Pix, de R\$ 5.100", afirmou o ministro da Casa Civil, Rui Costa, que integrou a comitiva de Lula em São Leopoldo.

Ele informou que a estimativa inicial é que o benefício alcance cerca de 200 mil famílias, com custo total de R\$ 1,2 bilhão. O procedimento será autodeclaratório e caberá às autoridades cruzar os dados para confirmar se a área onde a pessoa beneficiada vive está entre as atingidas pelas inundações.

O anúncio do governo faz parte de um pacote de medidas voltadas ao apoio direto à população atingida pela maior catástrofe ambiental da história do Rio Grande do Sul. Ao todo, 449 municípios foram afetados. Pelo menos 149 pessoas morreram e 108 estão desaparecidas.

## PROGRAMA HABITACIONAL

Além do "Auxílio Reconstrução", como foi batizado o benefício de R\$ 5,1 mil para recuperação de bens, o governo federal anunciou outras medidas para as pessoas que tiveram suas casas destruídas pelas chuvas e enchentes nas áreas urbanas. O número de residências perdidas no estado ainda não foi

levantado.

"O presidente Lula está garantindo que as casas que foram perdidas na enchente, aquelas que se encaixam dentro do perfil de renda do Minha casa, minha vida [faixas] 1 e 100% dessas famílias terão suas casas garantidas de volta pelo governo federal", afirmou Rui Costa.

Pelas regras do programa habitacional, a faixa 1 compreende famílias com renda bruta familiar mensal de até R\$ 2.640. Já a faixa 2 abrange famílias com renda entre R\$ 2.640,01 e R\$ 4.400. Entre as medidas apresentadas, está a compra assistida de imóveis usados. Segundo o ministro Rui Costa, a ideia é que as pessoas que se encaixam na faixa de renda do programa possam buscar, desde já, opções de imóveis à venda nas suas cidades, que serão adquiridos a partir de avaliação da Caixa Econômica Federal.

"Aqueles pessoas que estão em abrigo, seja abrigo oficial ou estão abrigadas em casas de familiares, elas já podem procurar na sua cidade um imóvel à venda que o governo federal, através da Caixa, vai comprar a casa e entregar à pessoa", disse o ministro. A estratégia de reposição de casas em áreas rurais será anunciada posteriormente pelo governo.

Outra opção é a compra de imóveis diretamente das construtoras. O governo também vai abrir editais novos do Minha casa, minha vida a partir de demanda de déficit habitacional apresentada pelas próprias prefeituras, incluindo possibilidade de remodelação de imóveis já existentes para transformação em áreas residenciais.

O governo também vai permitir que trabalhadores com carteira assinada possam sacar do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), nas cidades atingidas, até o valor de R\$ 6.220, independentemente da vedação legal que limita um intervalo de 12 meses entre um saque e outro. Isso para permitir que pessoas que sacaram o FGTS nas enchentes do ano passado, no Vale do Taquari, possam acessar o recurso nas contas novamente.

Também foi anunciada a retirada de leilão dos imóveis de pessoas que estão inadimplentes em financiamentos por meio dos bancos públicos federais.

"Nós determinamos que todas as casas que estavam para leilão, aqui nas cidades atingidas, da Caixa e do Banco do Brasil, vamos retirar do leilão, o governo federal fará a quitação e entregará às famílias que precisam das casas", anunciou o ministro-chefe da Casa Civil.

Beneficiários do seguro-desemprego no Rio Grande do Sul terão direito a duas parcelas adicionais. Além disso, o governo concedeu pausa nos pagamentos de financiamentos de imóveis por 180 dias, além de carência de 180 dias para novos contratos.

secretaria extraordinária

Lula chegou ao Rio Grande do Sul pela manhã, em sua terceira visita ao estado desde o início da tragédia. Ele visitou um abrigo público em São Leopoldo e, na sequência, se reuniu com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Lula instalou no estado a Secretaria Extraordinária da Presidência da República de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul. O deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) será o titular com status de ministro. Para isso, deixará o posto atual de ministro da Secretaria de Comunicação Social.

"O que foi anunciado hoje aqui é o mais importante plano de apoio a uma situação de catástrofe da história desse país. Aceito essa missão pela qual fui designado pelo presidente e podem ter certeza que vou me dedicar da melhor maneira possível. Não podemos falhar em nenhuma hipótese", disse Pimenta. Ele tomou posse em cerimônia com Lula e o governador Eduardo Leite. Informou que 75 municípios do Rio Grande do Sul já pediram ajuda humanitária ao governo federal e receberam auxílio imediato. Os repasses, de acordo com ele, ultrapassam os R\$ 100 milhões "para que os municípios tenham condições de garantir água, alimento, colchão, banheiro químico, pagar óleo diesel, tudo aquilo que for necessário".

Pimenta é gaúcho e deputado federal pelo estado. Caberá a ele coordenar as ações federais no estado e o diálogo com os demais ministérios, governo gaúcho e prefeituras. A indicação dele foi criticada por políticos de oposição, como o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG), que considerou a decisão uma "excrecência". "Lula será responsável pela politização do drama dos gaúchos. Ao indicar um adversário político do governador, na verdade, o presidente pratica intervenção no estado, que tem um governador eleito para tal", disse. Pimenta é provável candidato ao governo gaúcho em 2026.

Eduardo Leite pede R\$ 20 bi

O governo do Rio Grande do Sul pediu à União um

auxílio financeiro de R\$ 20 bilhões para repor perdas esperadas em receitas do ICMS nos próximos 12 meses, em decorrência do efeito das enchentes sobre a atividade econômica do estado. Desse valor, R\$ 15 bilhões abasteceriam os cofres estaduais, e outros R\$ 5 bilhões seriam distribuídos aos municípios atingidos pela tragédia. Pela proposta, os recursos ficariam carimbados para ações de enfrentamento e mitigação dos danos causados pelo fenômeno. O pedido consta em ofício encaminhado ao governo Lula, que classifica as primeiras projeções de impacto sobre as receitas como "extremamente preocupantes". O diagnóstico do governo estadual mostra uma concentração de empresas nas regiões inundadas. Mais da metade das receitas do estado com o ICMS (57%) vem de companhias instaladas em municípios que declararam calamidade pública.

Para medir os efeitos possíveis na arrecadação dos próximos meses, os técnicos do Executivo gaúcho mapearam os estabelecimentos dentro da área de inundação (com raio de até 750 metros de distância), o que resultou em 22% das companhias e 37% da arrecadação do estado. A partir desses dados, eles traçaram alguns cenários. Em um deles, o ritmo de restabelecimento das atividades seria de 10% ao mês. Nesse caso, a perda de arrecadação entre maio e dezembro de 2024 seria de R\$ 7,6 bilhões em relação à estimativa original para o ano. Caso o ritmo da retomada seja mais lento, de 5% ao mês, o prejuízo é maior, de R\$ 9,2 bilhões nos oito meses do ano.

O governo também fez um recorte alternativo, considerando a projeção da arrecadação para os próximos 12 meses. Em estimativas mais agregadas, uma queda de 20% nas receitas do ICMS significariam uma perda de R\$ 9,97 bilhões no período. Se a redução for de 30%, o impacto na arrecadação ficaria em R\$14,96 bilhões. No cenário mais pessimista, a queda de 50% no ICMS poderia tirar R\$ 24,93 bilhões em receitas do estado.

Eventual auxílio financeiro ao Rio Grande do Sul precisaria de nova lei complementar. Segundo interlocutores da equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda), o tema precisa ser avaliado com cautela. Embora haja expectativa de impacto econômico negativo num primeiro momento, a percepção dos técnicos do governo federal é que as medidas de auxílio ao estado também promoverão um estímulo à atividade. Assim, o segundo semestre poderia ser muito mais promissor em termos de retomada do **PIB** (Produto Interno Bruto) e também de arrecadação local.

DÍVIDA SUSPENSA

A Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram

ontem o projeto que suspende o pagamento de 36 parcelas mensais da dívida do Rio Grande do Sul com a União para o dinheiro ser aplicado em ações de enfrentamento da situação de calamidade pública provocada pelas chuvas nas últimas semanas. De autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei Complementar 85/24, embora tenha surgido para situação específica das enchentes, beneficiará qualquer ente federativo em estado de calamidade pública decorrente de eventos climáticos.

O estoque da dívida gaúcha com a União está em cerca de R\$ 100 bilhões atualmente e, com a suspensão das parcelas, o estado poderá direcionar cerca de R\$ 11 bilhões, nesses três anos, para as ações de reconstrução em vez de pagar a dívida nesse período. Em 2023, o superávit orçamentário do estado foi de R\$ 3,6 bilhões, semelhante ao de 2022 (R\$ 3,3 bilhões).

#### RISCO DE CICLONE

Uma nova frente fria se aproxima do Rio Grande do Sul, com previsão de chuva para esta quinta-feira. De acordo com meteorologistas, as precipitações devem ser menos volumosas do que os temporais que atingiram o estado nos últimos dias, porém ainda há risco de formação de um novo ciclone extratropical nesta sexta-feira. As temperaturas seguem baixas, podendo chegar a zero grau em alguns pontos. Apesar de menos intensas, as chuvas projetadas para o período podem acumular entre 60 a 90 milímetros em diversas cidades gaúchas até domingo (19). Já em Santa Catarina e no Paraná, os volumes podem superar os 100 milímetros. Levantamento da Climatempo revelou que, nos primeiros 15 dias, Fontoura Xavier, no noroeste do estado, registrou precipitação de quase 1.000mm - equivalente a seis meses de chuva. Laj

eadado, Caxias do Sul, Canoas e Porto Alegre também tiveram acumulados superiores a 500 milímetros, cerca de cinco vezes acima da média para o período.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# "Meta de inflação não se discute, se persegue", afirma Galípolo

**EDUARDO LAGUNA FRANCISCO CARLOS DE ASSIS**

Diante de questionamentos do mercado sobre o compromisso com a meta de **inflação** dos indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para compor o Banco Central, o diretor de Política Monetária da autarquia, Gabriel Galípolo, afirmou ontem que é uma obrigação manter os juros em patamar restritivo pelo tempo necessário para a convergência da **inflação** à meta.

"Quero fazer coro à fala de Campos Neto (Roberto Campos Neto, presidente do BC) sobre como funciona o arranjo de política monetária. Meta não se discute, se persegue. O CMN (Conselho Monetário Nacional) determina a meta, e cabe aos diretores do BC tornar a taxa de juro restritiva o suficiente para levar a **inflação** à meta", afirmou Galípolo, em evento promovido pelo jornal Valor Econômico em Nova York.

Segundo Galípolo - que foi o número 2 do Ministério da Fazenda -, todos os nove integrantes do Copom "concordam com esse ponto e todos sabem que discussões não afetam esse objetivo (de fazer com que a **inflação** convirja para a meta)". Ainda segundo ele, a discussão durante a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) na semana passada, que terminou com um corte de 0,25 ponto percentual da Selic em meio à divisão do colegiado, era sobre o que seria perdido ou ganho com o fim do chamado "forward guidance" (ou sinalização) ao mercado.

Os quatro diretores indicados por Lula votaram por um corte maior da taxa básica de juros (de 0,5 ponto), o que acendeu no mercado o temor de que isso poderia indicar leniência com a **inflação** depois do fim do mandato de Campos Neto, em dezembro. Galípolo é visto, por ora, como favorito para ocupar o posto.

MUDAR VOTO. Ele afirmou que chegou a cogitar apoiar a proposta de corte de 0,25 ponto em vários diálogos, mas que entendeu que haveria um custo - um "risco reputacional", como foi mencionado na ata do encontro - para a credibilidade da comunicação da autarquia. "Minha preocupação foi em romper a lógica da comunicação do BC, mas, se tivesse votado em 0,25 ponto, estaria confortável em justificar o meu voto. Mas tinha esse custo de abandonar o guidance", disse o diretor.

Poucos dias antes da reunião do Copom, durante evento em Washington, Campos Neto deu declarações que levaram o mercado a abandonar a sinalização anterior ("guidance") do próprio BC de um corte de 0,5% da Selic.

Endossando a mensagem contida na ata, Galípolo disse que hoje há o entendimento de que a desancoragem das expectativas (ou seja, a distância das previsões para a meta oficial de **inflação**) incomoda muito.

"O meu mandato vai até março de 2027. Eu só quero ganhar credibilidade, preciso mostrar coerência entre minhas falas e ações. Do meu ponto de vista particular, me preocupo com função e reação que eu poderia passar com a comunicação. Se quero ganhar credibilidade, preciso mostrar coerência entre as minhas falas e minhas ações", disse.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Galípolo mostra alinhamento com presidente do BC

## *Análise Alex Ribeiro De Nova York*

O diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, procurou ontem mostrar alinhamento total com o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, não só sobre a estratégia mais conservadora para os juros, mas também sobre como conduzir a comunicação para a política monetária.

As primeiras palavras de Galípolo no Summit Valor Brazil-USA, em Nova York, foram para referendar a mensagem passada pouco antes por Campos Neto em Brasília, na abertura do Seminário Anual do Banco Central.

O mercado financeiro leu o recado de Campos Neto como uma mensagem dura de compromisso com o cumprimento da meta de **inflação**, que sofreu um processo de desancoragem. "Meta não se discute, se persegue", disse Galípolo.

O diretor, que é tido como o mais provável sucessor de Campos Neto, também procurou reescrever um pouco da história da decisão tomada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na semana passada, que cortou os juros em 0,25 ponto percentual, com quatro votos dissidentes por um movimento mais forte, de 0,5 ponto percentual.

Galípolo disse que poderia muito bem ter votado por uma queda mais comedida dos juros, e que estaria confortável hoje se tivesse tomado essa decisão - uma espécie de ponte para enfatizar que valida os argumentos técnicos da ala majoritária para uma baixa menor na meta da Selic.

Também procurou desmanchar um pouco da visão que ganhou corpo entre participantes do mercado de que o Copom está rachado em dois grupos, um mais conservador, formado pelos membros apontados para o cargo até o governo Bolsonaro, e outro mais moderado, formado pelos integrantes nomeados pelo governo Lula.

Citou nominalmente cada um dos diretores da ala que votou do lado mais conservador, para dizer que mantém um bom diálogo e entendimento com cada um deles, incluindo Diogo Guillen (política econômica) e Renato Gomes (organização do sistema financeiro).

Um dos sinais mais importantes de aproximação com os demais membros foi quando reconheceu que não foi consultado sobre a mudança de comunicação anunciada por Campos Neto em abril, que alterou os rumos da política monetária, reduzindo as chances de uma baixa de 0,5 ponto em favor do corte de 0,25 ponto.

Diplomático, Galípolo procurou evitar adicionar ruído adicional em torno do tema, ao reconhecer a prerrogativa do presidente do BC de dar suas próprias mensagens e enfatizar que ele próprio tem tido autonomia dentro do BC para dar a sua mensagem.

A justificativa para seu voto em favor de um corte mais forte de juros, de 0,5 ponto percentual, ficou restrita a um princípio, segundo ele, de cumprir com a palavra para conquistar credibilidade.

Galípolo dividiu o BC em dois grupos: os membros mais antigos, como Campos Neto, que segundo ele está dando as voltas da vitória, e os novos membros, que ainda precisam cumprir com o apalavrado para ganhar credibilidade.

Até aqui, o roteiro de contenção dos danos causado pela votação em separado está seguindo seu curso. Ontem, na ata, os membros dissidentes procuraram mostrar que seu voto foi restrito a uma reunião e que há apoio a uma estratégia mais conservadora abraçada pelo comitê como um todo.

Ontem, no evento do Valor, Galípolo deu mais cores a isso, argumentando que a diferença na dose monetária de 0,25 ponto ou 0,50 era pouco relevante. Deu um passo além, ao mostrar que não há um racha no colegiado provocado por mudanças na comunicação.

Com os sinais de Galípolo ao resto do comitê, é esperado que os demais integrantes venham em seu apoio, estreitando as diferenças, nos próximos dias. O diretor tem cinco reuniões até o fim do ano, num ambiente muito mais difícil para o controle da **inflação**, para mostrar alinhamento com a ala conservadora do Copom e compromisso com o cumprimento da meta.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187875>

# Galípolo diz que cogitou um corte de 0,25 ponto

**Álvaro Campos e Sérgio Tauhata**

Em uma fala em tom conciliatório, em que buscou reforçar o compromisso com a meta de **inflação** e suavizar as divergências no Comitê de Política Monetária (Copom), o diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, defendeu os colegas que votaram diferente dele e revelou que chegou a cogitar um corte de 0,25 ponto na última reunião.

A decisão do Copom foi dividida e Galípolo foi um dos integrantes do colegiado a votar pelo corte de 0,5 ponto, que acabou não prevalecendo. "Votar por um corte de 0,25 ponto foi algo que cogitei em vários dos diálogos [com os colegas da diretora do BC]", afirmou o diretor do BC ao participar do painel "Um olhar sobre o efeito dos juros", no Summit Valor Econômico Brazil-USA, em Nova York.

"Estaria hoje muito confortável em apresentar todos os argumentos de por que votar em 0,25, mas eu entendo que o ponto mais importante na mudança de 0,50 para 0,25 era sinalizar um tom adicional de preocupação para o mercado para além daquilo tudo que está registrado em consenso entre os membros do Copom", disse.

Galípolo apontou que a taxa terminal nas expectativas da pesquisa Focus, do BC, "subiu bastante e a desancoragem permanece ou até andou, e esse é o ponto que nos incomoda". O diretor ponderou ver "muito valor em passar essa noção de preocupação ao reduzir o ritmo, como foi proposto pelos cinco colegas que votaram em 0,25". Justificou, porém, a decisão de votar pelo corte de 0,5 ponto como forma de manter a coerência diante de sua comunicação prévia.

Ele afirmou que não foi consultado sobre a mudança na comunicação do presidente do BC, Roberto Campos Neto, que pouco tempo antes do Copom começou a direcionar o mercado para um corte de juros menor, de 0,25 ponto. Ainda assim, Galípolo deixou claro que nunca houve esse tipo de consulta prévia entre os membros do Copom antes de discursos públicos.

"Há zero problema pelo fato de o Roberto ter **comunicado** o que comunicou", afirmou. Segundo ele, se Campos Neto tivesse feito campanha para que todos os membros do Copom votassem juntos, aí, sim,

poderia haver questionamentos sobre a autonomia do BC. "É normal que existam dissensos técnicos."

No mesmo painel, o ex-membro do Conselho de Governadores do Federal Reserve (Fed, banco central americano) Kevin Warsh afirmou que acha que não haverá corte de juros [nos EUA] até dezembro, e essa seria a decisão correta. "Não vejo como o Federal Reserve poderia cortar juros antes das eleições de novembro". Já o ex-presidente do Fed de Saint Louis James Bullard disse enxergar a credibilidade do BC americano como um dos fatores que vão assegurar um cenário de "pouso suave" para a economia dos EUA.

Credibilidade do Fed é um dos fatores que vão assegurar um cenário de "pouso suave" nos EUA

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187875?page=1&section=1>

# Decisões nos EUA vão pesar no rumo dos juros no Brasil

**ALEX RIBEIRO NOVA YORK** (\*Do Valor. Colaborou Ligia Guimarães, do Valor)

Duas decisões que ocorrem nos Estados Unidos ainda neste ano -o possível início do ciclo de redução dos juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e as eleições presidenciais - devem condicionar as opções de política econômica do governo Lula ao longo dos próximos meses. Essa foi a avaliação de empresários, autoridades e especialistas brasileiros e americanos reunidos ontem no Summit Valor Econômico Brazil-USA, em Nova York, para discutir os desafios e as principais oportunidades de negócios entre os dois países.

Do lado fiscal, será preciso um esforço também na contenção dos gastos, segundo o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, para além das iniciativas que já vêm sendo promovidas desde o ano passado para recompor as receitas.

Na calibragem dos juros básicos, o diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, sinalizou maior coesão em torno de uma estratégia comum mais conservadora para lidar com a piora do cenário inflacionário, depois de uma votação dividida no Comitê de Política Monetária (Copom), na semana passada, que gerou desconfiância no mercado.

O governo também se vê diante da necessidade de mobilizar recursos para o socorro emergencial do Rio Grande do Sul e para reconstruir a sua infraestrutura, severamente afetada pelas fortes chuvas, um evento climático extremo que deve se tornar mais comum.

O contexto político poderá se impor como um limite aos esforços de redução de despesas. Esse passo, segundo Durigan, "tem que ser comedido para que não destampe a polarização política no país", afirmou o secretário ontem no Summit Valor Econômico Brazil-USA.

## **INFLAÇÃO AMERICANA**

O início do processo de relaxamento monetário pelo Fed está sendo continuamente adiado, o que, com as crescentes necessidades de financiamento do déficit público pelo Tesouro americano, coloca pressão sobre os juros internacionais e limita a oferta de capitais para economias emergentes.

-Acho que não vai haver corte de juros até dezembro, e considero essa decisão correta -disse o ex-membro do Fed Kevin Warsh, que tem sido apontado como um dos favoritos para comandar a instituição caso Donald Trump seja eleito. - Não vejo como o Federal Reserve poderia cortar antes.

Para Warsh, a origem da **inflação** nos EUA está na forte expansão fiscal no governo Biden e no fato de o Fed ter considerado que a alta dos preços era temporária.

-Quanto maior o problema da **inflação**, mais regressivo será o imposto para os pobres nos Estados Unidos e em todo o mundo -afirmou ele. - Os Estados Unidos têm a obrigação de ter políticas fiscal e monetária responsáveis.

Além da questão dos juros, a eleição americana deverá aprofundar a polarização política nos Estados Unidos, com repercussões semelhantes no resto do mundo, e aprofundar medidas protecionistas em um contexto geo-político mais dividido.

-O isolacionismo está presente em ambos os partidos - afirmou Scott Jennings, estrategista do Partido Republicano, referindo-se também ao Partido Democrata do presidente Joe Biden.

Na terça-feira, por exemplo, o governo Biden aumentou a tarifa de importação de carros elétricos e painéis solares produzidos na China. Segundo Carolyn Kissane, especialista em geopolítica de energia da New York University, os EUA "vão dificultar muito a entrada de produtos chineses relacionados ao setor de energia renovável."

"META NÃO SE DISCUTE"

Durigan, da Fazenda, detalhou um pouco da aritmética da estratégia do ajuste das contas públicas. Nos últimos dez anos, lembrou, a soma dos déficits primários chega a R\$ 2 trilhões, numa trajetória insustentável, que impõe a necessidade de retomada dos superávits.

Segundo ele, o ajuste deve ser feito tanto pelo lado da receita como pelo da despesa. No auge da expansão econômica dos dois primeiros mandatos de Lula, em

2010, a arrecadação federal chegou a equivaler a 20% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e, agora, está em 17% do **PIB**. Por outro lado, o novo arcabouço fiscal deverá levar a uma queda da despesa a cerca de 18,7% do **PIB** em 2024.

Galípolo falou pela primeira vez em público depois de uma votação dividida no Co-pom na semana passada, quando a Taxa Selic foi reduzida a 10,50% ao ano. Ele procurou mostrar unidade em uma estratégia de política monetária que, na prática, poderá significar um corte de juros este ano menor do que o esperado anteriormente.

-Quero fazer coro com o que o presidente Roberto Campos disse nesta manhã (ontem) -disse Galípolo. - A discussão sobre a persecução da meta é uma discussão interdita para um diretor do Banco Central. Meta não se discute. Meta se persegue.

Segundo ele, a divergência no encontro do Copom da semana passada se restringiu a uma discussão sobre se o comitê deveria ou não cumprir a sinalização de corte de juros de 0,5 ponto percentual. Os novos diretores, argumentou, defenderam cumprir o que havia sido sinalizado em março para construir sua credibilidade junto ao mercado: - Cabe aos diretores do BC colocar os juros em patamar restritivo suficiente pelo tempo que for necessário para cumprir a meta.

Galípolo disse que chegou a cogitar votar por um corte de 0,25 ponto e ressaltou concordar com o argumento técnico da maioria para essa decisão.

## PARCERIAS ENERGÉTICAS

Na abertura do Summit Valor Econômico Brazil-USA, Maria Fernanda Delmas, diretora de Redação do Valor, destacou que o Summit celebrava os 200 anos de relações diplomáticas entre os dois países. Ela também prestou solidariedade ao povo gaúcho e convocou um minuto de silêncio em homenagem às vítimas das fortes chuvas.

O diretor-geral da Editora Globo e do Sistema Globo de Rádio, Frederic Kachar, lembrou ainda a declaração do governador Eduardo Leite sobre a necessidade de um Plano Marshall, a exemplo do que ocorreu na Europa após a Segunda Guerra Mundial: - A necessidade será enorme. A única saída é o engajamento e a integração de toda a sociedade.

No evento, a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Elizabeth Frawley Bagley, ressaltou a disposição das empresas americanas a cooperar com o Brasil na transição energética: -O foco do Brasil na transição para a energia limpa, uma área onde as empresas americanas estão prontas para investir,

oferece excelentes oportunidades para solidificar ainda mais a parceria.

O Summit Valor Econômico Brazil-USA foi apresentado por Banco Master, com patrocínio master de Gulf e JBS, patrocínio de Gerdau, JHSF, Cedae, Copei e AEGEA, além do apoio da cidade de São Paulo, dos governos de São Paulo, Mato Grosso, Pará e Goiás, e do Invest.Rio. Latam e Delta foram as companhias aéreas oficiais.

"Acho que não vai haver corte de juros até dezembro, e considero essa decisão correta" Kevin Warsh, ex-membro do Fed, sobre os juros americanos

"O foco do Brasil na transição para a energia limpa, uma área onde as empresas americanas estão prontas para investir, oferece excelentes oportunidades para solidificar ainda mais a parceria (entre os países)" Elizabeth Frawley Bagley, embaixadora dos EUA no Brasil

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Inflação dos EUA desacelera pela primeira vez em 2024

**Christopher Rugaber**

Influenciada pelos preços mais baixos dos alimentos e dos automóveis, a **inflação** dos EUA mostrou uma leve queda em abril, após três leituras elevadas, o que deve permitir um suspiro de alívio para as autoridades do banco central americano e para a equipe da campanha de reeleição do presidente do país, Joe Biden.

Os preços ao consumidor subiram 0,3% de março a abril, informou ontem o Departamento do Trabalho, uma ligeira queda em relação a alta de 0,4% do mês anterior. Na comparação anual, a **inflação** desacelerou de 3,5% para 3,4%. A alta do núcleo da **inflação**, que exclui os custos dos alimentos e fontes de energia, mais voláteis, caiu para o nível mais baixo em três anos.

Nos primeiros três meses do ano, a **inflação** havia surpreendido pelo alto patamar, após ter desacelerado de forma constante no segundo semestre de 2023. As leituras elevadas haviam enfraquecido as esperanças de que o pior surto de **inflação** em 40 anos seria controlado rapidamente.

Uma continuidade na desaceleração da **inflação** poderia ter impacto considerável na corrida presidencial. Críticos republicanos de Biden têm tentado atribuir ao presidente a culpa pelos altos preços e usado isso para tentar atrapalhar sua campanha de reeleição. Embora o número de contratações permaneça alto e o crescimento salarial, em média, saudável, os preços ao consumidor continuam, em termos gerais, bem acima dos níveis anteriores à pandemia da covid-19.

O relatório de ontem traz certa dose de alívio de que o ritmo dos aumentos de preços pode estar retomando o caminho da desaceleração. Embora os novos números mostrem que a **inflação** ainda está bem acima da meta de 2% ao ano do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA), é a primeira vez em 2024 que a leitura anual diminui. Os aumentos de preços tiveram desaceleração em alguns setores de serviços, como os de hotéis, de saúde e de consertos de carros, que até então vinham mantendo a **inflação** elevada.

O indicador "foi um pequeno passo na direção certa", disse Danielle Hale, economista-chefe do site de

anúncios classificados de imóveis Realtor.com. "A luta contra a **inflação** ainda não acabou, mas a tendência de piora observada no primeiro trimestre de 2024 pode ter terminado."

Um relatório separado sobre as vendas no varejo, também divulgado ontem, mostrou que os gastos dos americanos em lojas e restaurantes ficaram inalterados em abril, após a alta significativa observada em março. Uma maior contenção dos consumidores poderia tranquilizar o Fed de que a **inflação** continuará em desaceleração.

Entre os componentes do indicador, os preços dos alimentos caíram em abril, trazendo alívio para os consumidores. Os preços dos ovos, que têm se mostrado particularmente voláteis após um surto de gripe aviária, caíram 7,3%. Os dos carros novos e usados também caíram. Em contraste, os preços da gasolina e das roupas aumentaram.

Excluindo os custos voláteis dos alimentos e das fontes de energia, o chamado núcleo da **inflação** subiu 0,3% de março a abril após três meses consecutivos de aumentos de 0,4%. Na comparação anual, o núcleo da **inflação** foi de 3,6% em abril, abaixo dos 3,8% em março. O Fed acompanha de perto o núcleo da **inflação**, que tende a ser uma leitura melhor do rumo para onde a **inflação** se dirige.

Biden reconheceu ontem que "os preços ainda estão muito altos". Ressaltou, contudo, que suas políticas reduzirão os preços dos medicamentos vendidos com receita e incentivarão a construção de casas para ajudar a diminuir os custos habitacionais. Também pediu às redes de supermercados que reduzam os preços dos alimentos para os consumidores.

Por sua vez, Donald Trump, o provável candidato presidencial republicano, disse em entrevista a uma rádio ontem que "é uma **inflação** grande quando somada à **inflação** que já sofremos, que foi tão ruim".

"O indicador de abril foi um pequeno passo na direção certa" Danielle Hale

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187875?page=1&section=1>

# Debate no Copom seguiu "critérios técnicos", diz Campos

**Gabriel Shinohara De Brasília**

Durante sua fala de abertura na Conferência Anual do Banco Central do Brasil ontem, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse que o debate no Comitê de Política Monetária (Copom) foi "centrado em critérios técnicos e todos os argumentos foram levados em consideração". A decisão do Copom foi por reduzir a taxa Selic de 10,75% para 10,50% ao ano.

A decisão de reduzir os juros nessa magnitude dividiu o colegiado. Cinco dos membros do comitê, incluindo Campos Neto, votaram pelo corte de 0,25 ponto percentual. Já outros quatro optaram por uma redução de 0,5 ponto, como havia sido sinalizado na reunião anterior, de março, "em se confirmando o cenário esperado".

Em sua fala ontem, Campos Neto disse que gostaria de fazer um pequeno pronunciamento para esclarecer "alguns pontos" sobre a última decisão de política monetária. O presidente do BC começou dizendo que na ata e no **comunicado** anteriores, o BC disse que o "guidance" (sinalização) tinha condicionantes. "Na reunião discutimos os condicionantes. O debate foi sobre a gradação dos condicionantes e não sobre a validade dos condicionantes", disse.

Campos Neto também ressaltou que o Copom discutiu a "extrema relevância" das expectativas no sistema de metas e a importância da convergência da **inflação** para a meta de 3%. "Na verdade, no debate de política monetária, não deveria nem se falar em centro e banda, nossa meta é 3% e temos que persegui-la". Campos Neto ressaltou que a reancoragem das expectativas de **inflação** "é vista como elemento essencial para assegurar a convergência da **inflação** para a meta".

O presidente do BC também afirmou que a piora das expectativas, tanto as implícitas, quanto do Focus, foram discutidas no comitê. "O Focus, depois de parado por meses, iniciou um movimento com tendência de alta. Decidimos então reconhecer que a expectativa estava desancorada e não com reancoragem parcial".

O relatório Focus publicado na semana da reunião do Copom mostrava Selic em 9% ao ano em 2025, contra

em 8,5% quatro semanas antes. Já a mediana das expectativas de **inflação** estava em 3,64% no ano que vem, alta em relação a 3,53% de quatro semanas antes.

Sobre o cenário externo, Campos Neto explicou que o Copom olhou a taxa terminal e o risco do cenário para taxa de juros americanas "e entendemos que a taxa terminal tinha piorado, tinha voltado, mas a volta tinha sido bastante pequena". O presidente do BC ressaltou, como na ata, que o ambiente externo está mais adverso.

No cenário local, Campos Neto ressaltou que o colegiado discutiu o mercado de trabalho forte e a implicação disso na **inflação** de serviços, além do risco da alta de preço dos alimentos "ser menos benigna". Segundo ele, a incerteza geopolítica "continua sendo elevada e gera uma incerteza no preço do petróleo." Além desses pontos, Campos Neto ressaltou que o prêmio de risco estava piorando quando olhavam algumas variáveis "importantes" na parte longa da curva, "como as NTN-Bs".

O presidente do BC também ressaltou que houve discussão sobre o fiscal com possíveis implicações para a política monetária. A ata da decisão mostra que o comitê observou "um aumento do prêmio de risco e uma percepção de piora da situação fiscal, de acordo com os agentes que respondem o Questionário Pré-Copom".

Com esse cenário, Campos Neto disse que o entendimento da maioria dos membros do Copom foi claro de que as mudanças tinham sido relevantes "e que deveríamos responder com uma mudança no ritmo".

O presidente do BC ainda lembrou que dentro desse grupo, "alguns achavam que tínhamos argumentos para mudança o balanço de riscos". A ata mostrou que alguns membros já viam que os fatores altistas para a **inflação** tinham peso superior aos baixistas.

Campos Neto também afirmou que o BC "não se furtará de seu compromisso com o atingimento da meta de **inflação** e entende o papel fundamental das expectativas na dinâmica da **inflação**".

"Debate foi sobre a gradação dos condicionantes e

não sobre validade" Roberto Campos Neto

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187875>